



TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

TAC/IMA nº 17/2020

O **INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS**, através de seu Diretor Presidente, Gustavo Ressurreição Lopes, de um lado, como **COMPROMITENTE**, de outro, **PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DOS PALMARES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.332.946/0001-34, com sede na R. Marechal Deodoro da Fonseca, s/n, centro, União dos Palmares - AL, CEP 57800-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Areski Damara de Omena Freitas Junior, como **PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO**, e **CONSORCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA ZONA DA MATA ALAGOANA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.140.014/0001-39, com sede na R. Marechal Deodoro da Fonseca, s/n, centro, União dos Palmares - AL, CEP 57800-000, neste ato representado por seu Superintendente Adelson Correria Braga e por seu Advogado Dagoberto Costa Silva de Omena, como **SEGUNDO COMPROMISSÁRIO**, a teor do disposto no artigo 36, da Lei nº 6.787/2006, com a redação da Lei nº 7.625/2014.

CONSIDERANDO que o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil prescreve que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 estabelece o licenciamento ambiental como instrumento de controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais, conciliando o desenvolvimento econômico e o uso responsável dos recursos naturais, a conformidade e a qualidade ambiental, de modo a assegurar a sustentabilidade do meio ambiente, nos seus aspectos físicos, socioculturais e econômicos;

CONSIDERANDO que um dos princípios que regem a administração pública é a legalidade, consoante preceitua o artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o que determina a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que prevê as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

RESOLVEM de comum acordo celebrar o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, mediante os seguintes termos:

Seção I - Das Obrigações





A aceitação e assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta implicam nas seguintes obrigações das partes:

1. DO PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO:

a) Por este instrumento, assume a obrigação de realizar a transferência dos resíduos de forma imediata do veículo de menor porte para o veículo de maior porte, devendo os veículos acondicionados no local possuir carroceria coberta.

b) Por este instrumento, assume a obrigação de enviar mensalmente a Autoridade Celebrante, relatório fotográfico do local, acompanhado do manifesto de destinação final dos resíduos gerados pelo município, através de endereço eletrônico, durante o período estipulado na alínea anterior.

c) Por este instrumento, assume a obrigação de apresentar mensalmente o certificado de destinação final dos resíduos sólidos gerados no município, durante o período estipulado na alínea 'a'.

2. DO SEGUNDO COMPROMISSÁRIO:

a) Por este instrumento, assume a obrigação de realizar o cercamento da área do empreendimento no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente termo.

b) Por este instrumento, assume a obrigação de realizar a sinalização do empreendimento com informações a respeito da proibição de jogar lixo no local.

c) Por este instrumento, assume a obrigação de concluir as obras elencadas na licença de instalação nº 2019.0804928557.EXP.LI no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura do presente termo.

d) Por este instrumento, assume a obrigação de protocolar o pedido de licença de operação no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura do presente termo.

3. DA AUTORIDADE CELEBRANTE:

a) Autoriza somente o primeiro compromissário utilizar a área do empreendimento para realizar a transferência dos resíduos de forma imediata do veículo de menor porte para o



veículo de maior porte, devendo os veículos acondicionados no local possuir carroceria coberta.

c) Por este instrumento, se compromete a analisar do processo de licença de operação no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, após o cumprimento do item 2. "d"

Seção II-Do Descumprimento

4.1 O descumprimento total ou parcial de qualquer obrigação ora assumida implicará na obrigação dos COMPROMISSÁRIOS realizarem o pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado, sem prejuízo da possível responsabilização administrativa e/ou criminal de atos daqueles que atentem contra as obrigações descritas neste termo e não terá direito ao ressarcimento e/ou indenização.

4.2 Constatado pela compromitente o descumprimento, total ou parcial, de qualquer obrigação ora assumida será emitida notificação com prazo de 15 (quinze) dias, para apresentação de justificativa a ser apresentada pelos COMPROMISSÁRIOS. No caso de não acolhimento ou de não apresentação de justificativa incidirá multa prevista no item 3.1.

4.3 OS COMPROMISSÁRIOS está ciente de que o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas neste termo de ajuste de conduta ou a sua desobediência implicará na dissolução total deste termo.

Seção III-Das Disposições Finais

5.1 Este termo poderá sofrer alterações a qualquer tempo, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento ou se mostrem tecnicamente necessárias, desde que efetuadas motivadamente e em comum acordo entre as partes.

5.2 Este instrumento tem caráter irrevogável e irretratável, não admitindo arrependimento por quaisquer das partes, reconhecendo as partes que o assinam na mais livre manifestação de vontade, ficando expressamente vedada qualquer arguição quanto à validade das cláusulas pactuadas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signature in green ink]



5.3 E por estarem de acordo com as cláusulas acima transcritas e para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na forma da legislação de regência.

Maceió, 12 de Fevereiro de 2020.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DOS
PALMARES**

**ARESKI DAMARA DE OMENA FREITAS
JUNIOR
PREFEITO**



**CONSORCIO REGIONAL DE RESIDUOS
SOLIDOS DA ZONA DA MATA ALAGOANA**

ADELSON CORRÊRIA BRAGA

SUPERINTENDENTE


DAGOBERTO COSTA SILVA DE OMENA

ADVOGADO



**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO
ESTADO DE ALAGOAS - IMA/AL**

**GUSTAVO RESSURREIÇÃO LOPES
DIRETOR PRESIDENTE**

TESTEMUNHA: _____

TESTEMUNHA: _____

CPF: 88426552472

CPF: 035.748.794-07

